

ATA DA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – FOPEME

17/03/2026 – Das 13:00 às 17:00 – Sala de Situação - Palácio das Araucárias/PR (presencial)

REGISTROS DA REUNIÃO

ABERTURA

A reunião foi iniciada por Anna Paula Müller, pela parte da SEIC da Secretaria Técnica do Fórum Permanente das Micro e Pequenas Empresas - FOPEME. Foram saudados os novos participantes e cada um se apresentou. O Sr. Ercílio Santinoni, presidente da FAMPEPAR e do CONAMPE, disse estar honrado e feliz em participar dessa reunião, além de exaltar a presença do Sr. Sebastião Motta, vice-presidente da Junta Comercial do Paraná. Anna Paula Müller cumprimentou a Sra. Silvana Pereira, dizendo que a mesma saiu da SEIC mas não tinha saído do FOPEME, uma vez que agora atua pela FAMPEPAR. Rubens Palma do SEBRAE e Anna Paula Müller fizeram uma homenagem a Sra. Silvana Pereira, pela sua contribuição e inovação no fórum, entregando-lhe uma cesta de presente. Silvana Pereira agradeceu a homenagem e a todos os envolvidos. Anna Paula Müller apresentou a nova estrutura da Secretaria Técnica do FOPEME, saldando os novos membros e indicando que o atual coordenador da SEIC (Ademar Moreira) deixará o cargo em breve.

PAINEL DE GESTÃO – PLANOS DE AÇÃO

Anna Paula Müller solicitou o início da apresentação dos comitês temáticos, dando a palavra ao Sr. Ercílio Santinoni.

ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS E LEGISLATIVOS – CT 6

Ação demanda 1:

Demanda	PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 635/2023 – o objetivo é instituir o Programa Minha Primeira Empresa (PROMPE), para o incentivo ao empreendedorismo e o fomento para implantação de novos negócios no país.
Acompanhamento	Ercílio Santinoni – CONAMPE

Nesta demanda, Sr. Ercílio Santinoni ressaltou o Projeto de Lei Complementar 635/2023 - Programa Minha Primeira Empresa (PROMPE), trata de subsídio de capacitação do empreendedor no seu primeiro ano de atividade empresarial - sendo que em Amapá e Roraima já começou a operar. Ercílio resalta que o primeiro ano das empresas é o maior desafio, administrativo e financeiro - por exemplo, conseguir uma fonte de créditos empresariais. Ele ressaltou que o fórum está batalhando pela aprovação desta lei ainda neste ano de 2026.

Ação demanda 2:

Demanda	PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 12/2023 – o objetivo é alterar a Lei Complementar nº 123/2006, a Lei nº 12.592/2012, a Lei Complementar nº 116/2003, alterar o Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), a Lei nº 8.213/1991, a Lei nº 7.418/1985, a Lei nº 9.430/1996, criando o “SIMPLES TRABALHISTA”.
Acompanhamento	Ercílio Santinoni – CONAMPE

Nesta demanda, o Projeto de Lei Complementar 125/2023 visa alterações legislativas em leis relacionadas, para a criação do chamado Simples Trabalhista, conforme explica Ercílio Santinoni. A parte tributária fica sem mudanças, para facilitar avanços legislativos. A aprovação em 2024 não ocorreu, apesar de não ter impacto financeiro. Crítica feita às prioridades do governo federal. Não são retirados direitos trabalhistas, mesmo tendo havido alterações legislativas.

Ação demanda 3:

Demanda	REFORMA TRIBUTÁRIA – o objetivo é acompanhar os desdobramentos e impactos nas MPEs da Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS, composto de ICMS e ISS e do Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, composto de PIS, COFINS e IPI, que entrarão em operação, bem como os impactos no Simples Nacional.
Acompanhamento	Jovane Borges – CONAMPE

Neste demanda da Reforma Tributária, não houve alterações recentes. Pleiteia-se no Fórum por uma emenda constituinte ou projeto de lei complementar que inclua no seu bojo o Simples Nacional. Atualmente não é contemplado e a legislação está incompleta do ponto de vista do pequeno empresário. Os impostos atualmente não são recuperáveis pelo Simples, apenas por médias e grandes empresas - o que é um fator negativo para a pequena empresa.

O projeto protocolado “Simples 5.0” pelo Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR) resolveria o problema, caso fosse aceito. Há negociações para que se aceite a proposta protocolada. Tem-se que esperar a

manifestação do governo federal saber melhor qual parâmetro que será utilizado. Talvez somente com pressão popular e de entidades interessadas as MPEs ficariam nas prioridades reais do Congresso.

Sr. Paulo Freitas complementou, dizendo que a demanda veio do Comitê Territorial Oeste Integrado em 2018 e banco de demandas. A confirmação do porte da empresa em licitações pode comprometer o avanço, e haver pedidos de vista do balanço da empresa. Desconformidades podem excluir empresas que enganarem o fisco em relação ao seu porte. O próprio Fórum poderia produzir documentação para a proposta avançar.

A discussão continuou, sobre a legislação poder conter um “sistema híbrido”, no qual as pequenas empresas poderiam ser creditadas quando fizessem suas compras. Já em relação à Reforma Tributária, há um Fundo Soberano estratégico sendo estruturado, na Casa Civil e Secretaria da Fazenda - grupos técnicos -, e sugeriu-se que o Fórum participasse como ouvinte. Somente as médias e grandes empresas estão sendo contempladas. Um amparo às pequenas empresas faz-se necessário. Podemos levar alguma questão disso adiante.

Ação demanda 4:

Art. 19. da Lei nº 21.181/2022 - FUNDOS PARANÁ COMPETITIVO

A distribuição atual das receitas é a seguinte:

- 40% para o Fundo de Inovação das MPMEs do Paraná (FIME/PR)
- 20% para o Fundo de Aval Garantidor das MPMEs do Paraná (FAG/PR)
- 20% para o Fundo de Capital de Risco do Estado do Paraná (FCR/PR) - não está operando
- 20% para a (SETI), destinada ao custeio do Escritório Executivo do Sistema Estadual de Parques Tecnológicos (SEPARTEC).

Nesta demanda, Anna Paula Müller discute sobre Fundos Paraná Competitivo e leis em tramitação. As empresas precisam fazer algum projeto especial ou reinvestimento em projeto social, ou fazer depósito neste Fundo, caso possuam benefício de ICMS junto à SEFA ou Receita Estadual. FIME, FAG, FCR/PR E SEPARTEC fazem parte. O FCR/PR não está sendo operado, e está sendo extinto. O FIME tem mais critérios, e poderia absorver os recursos. A SEFA está decidindo sobre a utilização do FIME/PR em subvenções de crédito.

Proposta de emenda na Assembléia seria necessário, segundo Ercílio, para não haver a extinção do fundo, com a mudança de governo prevista. O projeto não foi mantido, mas nunca foi regulamentado em 8 anos, está sendo extinto. Foi dito que não há custos financeiros para o governo.

Ação demanda 5:

Demanda	ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 163 / 2013 – desde 2018 pretende-se publicar a alteração da Lei Complementar do Estatuto da MPE no Paraná, nº 163/2013, cuja minuta foi aprovada pelo FOPEME e que atualmente encontra-se tramitando.
Acompanhamento	Anna Müller - SEIC

Nesta demanda, Anna Paula Müller fala sobre a alteração na Lei Complementar 163/2013. A tramitação voltou da PGE e está avançando ainda, e saba-se que em 2018 foi gerado um longo protocolo a respeito; porém não houve aprovação da lei. A lei ainda não foi aprovada na Assembleia. Foi discutido que tem-se o desafio da Casa Civil e do pedido chegar adiante também.

COMITÊ TEMÁTICO DE RACIONALIZAÇÃO LEGAL E BUROCRÁTICA - CT 1

Plano de Trabalho				
COMITÊ TEMÁTICO	DEMANDA	ENTREGA	INDICADOR DE TRANSFORMAÇÃO	RESPONSÁVEL
CT1 Racionalização Legal e Burocrática	Formular a Política Estadual de Desenvolvimento das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná	1 Lei publicada	X-X	Anna Müller - SEIC
	Expandir os serviços atendidos dentro do Empresa Fácil, possibilitando oferecer módulos de renovação, fiscalização e regularização integrados aos sistemas de órgãos licenciadores estaduais.	Ter ao menos 2 órgãos estaduais integrados e os módulos de renovação, regularização e fiscalização funcionando no sistema Empresa Fácil até o final de 2026.	X-X	Sebastião Mota JUCEPAR
	Automatizar o processo de consulta prévia de endereço nos municípios do Paraná utilizando georeferenciamento ou zoneamento.	Automatizar a consulta prévia em aproximadamente 200 municípios até metade de 2026, tendo os 399 municípios automatizados até o final de 2027	X-X	Sebastião Mota JUCEPAR
	Reativar o Subcomitê Estadual do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - Subcomitê CGSIM	Subcomitê operando em 2026	X-X	Ademar moreira - SEIC
	Criar um núcleo com objetivo de ser o elo entre FOPEME e ALEP nas pautas de políticas públicas voltadas às micro e pequenas empresas	Núcleo criado	X-X	Aristides Mossambani - FEMPIPAR

Ação demanda 1:

Nesta demanda, passou-se rapidamente pelo tópico, indicando que a referida lei de política estadual de desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte já foi publicada, atendendo-se a LC 123/2006.

Ação demanda 2:

Nesta demanda, passou-se rapidamente pelo tópico, indicando que houve expansão dos serviços atendidos dentro do Empresa Fácil, com renovação, fiscalização e regularização no sistema de órgãos licenciadores do estado.

Ação demanda 3:

Nesta demanda, Sebastião Motta da JUCEPAR defendeu que a automatização da consulta prévia dos endereços de comércios via georreferenciamento contemplará aproximadamente 200 municípios até a metade de 2026, sendo todos os 399 contemplados até o final do ano de 2027. A colaboração do SEBRAE é muito forte, junto com as prefeituras, para dentro de 1 ano e meio concluir o processo.

Ação demanda 4:

Nesta demanda, a reativação do Subcomitê CGSIM (Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios) está programada, mesmo em ano “atípico” como o atual, por conta das eleições. Prevista sua reativação ainda em 2026. Algumas ações do governo do estado se sobrepõem às demandas do CGSIM. Falou-se, talvez, em esperar a mudança de governo para a continuidade de fato do subcomitê. Ercílio disse que o CGSIM é mais abrangente do que o programa Descomplica/PR.

Ação demanda 5:

Nesta demanda, Anna Paula Müller falou da Comissão da Indústria, Emprego e Renda do Deputado Luiz Fernando Guerra (União Brasil-PR). A chefe de gabinete dele nos recebeu bem, os convidamos inclusive para esta reunião. Infelizmente, na prática não nos atenderam efetivamente. Não conseguimos incluir a pequena empresa nessa comissão já existente. Não há nenhum projeto pronto pelo FOPEME, então por isso, neste ano de 2026 será difícil realizar ações legislativas. Talvez devêssemos participar das reuniões da Comissão da Indústria, Emprego e Renda como ouvintes, inicialmente, caso sejam abertas.

Demais discussões:

Paulo Freitas falou do apoio à micro e pequena empresa sobre atraso de aplicação da política de apoio. Em 2024, saiu um caderno de indicadores, cobrindo a Lei Complementar Federal 123/2006, que baseou as alterações na legislação estadual de 2025. Pelo estatuto, a competência principal do fórum é acompanhar os indicadores da política da microempresa. Deveríamos nos aproximar do CT7 e do fórum federal. O relatório da FOPEME tem que ser emitido anualmente, para indicar que a lei está sendo aplicada. Junto ao SEBRAE, devemos caminhar com os indicadores estaduais para compará-los com os federais de mesma esfera de atuação.

Ercílio falou que na próxima reunião do Fórum Nacional do Amapá (federal), o SEBRAE deve ficar responsável pelos levantamentos. O município criava a lei que ele mesmo não obedecia, agora, com os indicadores é mais fácil fazer o acompanhamento. Tem que dividir tarefas entre SEBRAE e Secretaria, além das diretrizes que vem de Brasília. O enquadramento do MEI já foi muito discutido, manter os R\$ 81.000 até R\$ 120.000,00 e pagamento maior do que os 5% atuais. A situação assim fica ainda mais agravada no enquadramento das faixas adequadas por categorias, como os caminhoneiros. O “degrau” entre micros e Simples é quase uma rampa intransponível, por indisposição do governo federal.

João Paulo explicou que na feira agropecuária de Paranavaí, Agrosow, a rampa tributária também foi discutida e quando entraria em vigor. MEI não quer saber como virar Simples Nacional, em muitas

situações. E nem todos são MEIs, algumas são maiores e não se enquadraram voluntariamente como Simples Nacional.

Empresário MEI há 13 anos na área de tecnologia, presente no evento, disse que a busca por informações sempre foi pessoal, nunca tendo tido orientações profissionais. Foi dito que as informações empreendedoras não chegam na ponta, apesar de amplamente divulgadas em fontes oficiais e pontos de atendimento. Por exemplo apoio à MEIs nas prefeituras municipais. Foi dito que algumas associações municipais, como em Maringá, fazem um excelente trabalho junto as AMPECs.

O representante do SESC/PAR disse que a educação geral no Brasil não envolve educação financeira. Mesmo com a digitalização, muitas vezes o interesse é pouco pelo assunto. Os MEIs acabam não se tornando Simples Nacional, apesar de ter casos de fraudes de volume de faturamento para enquadramento como Simples e do “medo” de lucrar e apurar corretamente, além de ainda haver mistura de finanças pessoais com empresariais. Na SEIC, segundo Anna Paula, a falta de orientação de gestão e financeira das empresas faz empresas fecharem as portas por mal enquadramento dos lucros. Bancos parceiros como BRDE e Fomento ajudam, mas sem um acesso adequado, o crédito não chega por falta de planejamento de gestão e contabilidade básica das MEIs. Foi dito que a fiscalização fiscal também se omite, e o não-enquadramento é a consequência prática. Esse pouco planejamento de concessão de crédito aos olhos das agências de fomento e bancos parceiros.

COMITÊ TEMÁTICO DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - CT 3

Plano de Trabalho				
COMITÊ TEMÁTICO	DEMANDA	ENTREGA	INDICADOR DE TRANSFORMAÇÃO	RESPONSÁVEL
CT3 Tecnologia e Inovação	Formar profissionais especializados para atuarem juntos aos Núcleos de Inovação Tecnológica nas sedes da AGEUNI, por meio de Edital, concedendo 50 bolsas para formação de profissionais especializados nas Universidades Estaduais, com duração de 24 meses	50 bolsistas ARIs	x-x	Marcelo Rodrigues - SETI
	Incentivar o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Paraná, por meio da oferta de cursos de capacitação gerencial a Micros, Pequenos, Médios Empresários e Microempreendedores Individuais (MEIs) - PEM.	6 cursos microcredenciais + 1 oficina "Mãos na Massa" por edição. Presencial: 840 vagas em 24 meses. EAD: 792 vagas em 24 meses.	x-x	Marcelo Rodrigues - SETI
	Conectividade Rural Ampliação efetiva da cobertura de internet rural e implantação de infraestrutura digital, com torres, antenas e backhaul em microrregiões de baixo IDH e alto valor agropecuário.	Conectividade implementada de acordo com plano anual estadual estabelecido	x-x	Julio Cesar de Oliveira - SEIA
	Realização de oficinas para análise de editais disponíveis, identificar projetos com potencial e orientar os empresários com dicas para submissão de propostas	100% das AMPECs capacitadas	x-x	Eliane Bento - AMPEC Maringá

Ação demanda 1:

Nesta demanda, Marcelo Rodrigues da SETI fala das ações em apresentação. Programa Agente Regional de Inovação (ARI) está em execução desde maio de 2025, na FOPEME desde 2024. 7 universidades estaduais aderiram. Foi trazida em apresentação os seguintes pontos: o agente ARI faz a ponte entre a empresa e a universidade, propondo soluções. SEBRAE trouxe a metodologia adotada. Em 6 meses de programa, foram atendidos 38 municípios do Paraná, com 50 agentes trabalhando e mapeado-se 896 ativos tecnológicos e 1076 empresas demandantes.

O programa é desenvolvido de maneira diferente por cada região. UFPR captou R\$ 1 milhão para inovação em Fazenda Rio Grande. Outras faculdades, como UEL, Unicentro e UEL também captaram recursos. A expansão chegou até o litoral. O fórum pode indicar demandas aos ARIs, dar o apoio legislativo e solicitar a conexão em associações comerciais.

Foi dito que o Parana Empreende Mais - remodelado e reformulado, já vem de dois governos anteriores. Atende MEIs, informais e pretendentes a empreendedores. A inovação está em trilha formativa em microcredenciais, possibilitando mentorias, como as oficinas Mãos na Massa. SETI investiu: R\$ 3,7 milhões em investimentos, com 840 vagas em universidades por 24 meses. Até abril de 2028, deve haver o encerramento do ciclo com os relatórios finais dos participantes.

Ação demanda 2:

Nesta demanda, passou-se sem comentar em específico.

Ação demanda 3:

Nesta demanda, falou-se que a conectividade rural avançou, aos cuidados da atuação SEIA (Secretaria da Inovação e Inteligência Artificial) Não foram dadas maiores explicações aqui.

Ação demanda 4:

Nesta demanda, estão as AMPECs e o SEBRAE em capacitação de projetos que possam captar recursos. O empresário seria habilitado a propor projetos. A demanda dos credenciamentos para inovação, como o Boletim de Oportunidades e diversas oficinas estão em andamento, segundo a Talita da Coordenadoria Estadual de Inovação. Foi dito que é preciso ensinar o empresário a empreender. Ação em andamento prevista para o mês de maio/2026.

Houve bastante discussões e esclarecimentos acerca do papel do governo e críticas e defesa do mesmo, pelas diferentes visões para a solução dos problemas da sociedade e dos empresários. Como fórum descentralizado, os debates são sempre abertos e participativos.

COMITÊ DE ACESSO A MERCADOS - CT 2

CT2 Acesso a Mercados	Gerar Pacto II com o TCE, na busca de incentivar as políticas e programas de compras locais e regionais para o desenvolvimento local	Pacto II aprovado junto ao TCE	Compras públicas de qualidade para a população possibilitando a contratação com os 1.639.367 possíveis fornecedores Paranaenses.	Wellington de Paula - SEAP-DECON
	Aumentar a representatividade das MPEs nas licitações municipais, por meio de KPIS ("Key Performance Indicators" - Indicador Chave de Desempenho) e OKRS ("Objective Key Results" - Objetivos e Resultados Chave)	Indicadores KPIS ("Key Performance Indicators" - Indicador Chave de Desempenho) e OKRS ("Objective Key Results" - Objetivos e Resultados Chave) implementados	Compras públicas de qualidade para a população possibilitando a contratação com os 1.639.367 possíveis fornecedores Paranaenses.	Wellington de Paula - SEAP-DECON
	Estruturar ações para criação de Centrais de Negócios e Sociedades de Propósito Específico visando realizar negócios conjuntos	Documento com ações estruturadas aprovadas no Fórum	x-x	Aristides Mossambani - FEMPIPAR
	Credenciamento MEI e MPE Fomentar o processo de credenciamento de maneira que chegue ao maior número de MEIs e MPEs	Credenciamento de MEIs e MPEs para compras públicas	x-x	Aristides Mossambani - FEMPIPAR
	Incentivar e capacitar o empresário para estar apto, para participar e manter o serviço contratado com o Estado - Acompanhamento Contínuo	Mais renda e consumo dos produtos locais e incentivo para termos mais fornecedores no município	x-x	Sônia Xavier - AMIC

Ação demanda 1:

Nesta demanda, Cleverson Neri da SEAP falou sobre seu órgão inicialmente. Itens de planejamento estão surgindo no estado, de forma cada vez mais digital. Isso representa mais transparência para os fornecedores e compras públicas. Atualizações no TCU sobre MPEs nos municípios, para haver menos bloqueios, após padronização. Custos de aquisições públicas estão sendo mapeadas e integradas, tendo havido avanços significativos no Paraná.

Ação demanda 2:

Neste demanda, os indicadores KPIS e OKRS de objetivos das empresas são positivos mas podem melhorar, ao identificar os gargalos no estado do Paraná. Em 18 dias se liquida uma nota fiscal ao fornecedor no estado, o que é muito interessante. Passamos de 75 mil fornecedores no estado, o que é um atrativo grande para novos a se cadastrar. A redução de custos atrai muitos novos participantes. SEBRAE e Compras Gov. Atuaram juntos, de forma satisfatória. Há um esforço de divulgação desse ambiente de compras ao fornecedor local. Objetivos de longo prazo devem sempre ser buscados dentro do fórum, segundo Cleverson.

Ação demanda 3:

Nesta demanda, centrais de negócios está na primeira fase de estruturação, prevista para os próximos meses. SEBRAE, FAMPEPAR e demais entidades do Fórum estão vinculadas direta ou indiretamente também.

Ação demanda 4:

Nesta demanda, nas compras públicas prioridade para compras locais. PGE e sistemas novos tem buscado alternativas para manter as contratações regionais em alta. As aquisições não pararam mesmo na época da pandemia, segundo Claverson. Quando os serviços comuns podem ser executados por vários fornecedores, não precisa haver apenas um credenciado, senão vários. Pagamentos via PIX poderão ser viabilizados no SIAFIC em breve, não dependendo mais de abertura de contas bancárias exclusivas no Banco do Brasil.

Ação demanda 5:

Nesta demanda, nada foi mencionado na apresentação.

COMITÊ DE INVESTIMENTO, FINANCIAMENTO E CRÉDITO - CT 4

CT4 Investimento, Financiamento e Crédito	Manter o volume de microcrédito, melhorando a performance da concessão por meio da rede de agentes de crédito.	volume de recursos de microcrédito liberados igual a 2025	Número de empregos gerados, geração de impostos, PIB,	Gustavo Mattana - Fomento PR
	Criar linha de crédito voltada às empresas que participam de compras públicas	ter estudo prévio aprovado no Fórum	Volume de crédito	Gustavo Mattana - Fomento PR
	Continuidade e ampliação da oferta de microcrédito orientado de até R\$ 5.000,00 para MEIs, com capacitação, planejamento e apoio na elaboração de projetos com garantia solidária.	100% das AMPECs como correspondentes da Fomento Paraná	Volume de crédito	Marcos Rocha - FAMPEPAR
	Fomentar o crédito para micros e mei para capital de giro e investimento para sua empresa com garantia solidária.	Quantidade de empreendedores alcançados - Quantas AMPECs	x-x	Marcos Rocha - FAMPEPAR
	Ter agentes de crédito remunerados nas entidades de representação.	Alcançar em torno de 200 microcrédito por Associação ao ano	x-x	Marcos Rocha - FAMPEPAR
	Ter uma plataforma de acesso a Crédito simplificado, para ampliar a contratação de financiamentos de micro e pequenas empresas de tickets inferiores com flexibilização de garantias	ter 50 contratos aprovados em 2026	Volume de microcrédito	Thais Grandi - BRDE

Ação demanda 1:

Neste demanda, Gustavo Mattana da Fomento Paraná falou sobre microcrédito no seu órgão. Como braço financeiro do estado, a Fomento é que levanta o crédito com rapidez e habilidade. Nos últimos 8 anos, a Fomento se consolidou o financiamento à infraestrutura municipal, obras de vários portes, especialmente no interior. Há 25 anos de microcrédito consolidado na Fomento, principalmente nesse foco. MEIs estão avançando muito em pedidos - batendo 1 milhão de clientes. Até R\$ 20 mil reais é considerado microcrédito, a título de explicação. As taxas de juros são muito competitivas, por exemplo, para o empreendedorismo feminino. Chegou muito dinheiro (capital) do governo do estado para a Fomento realizar esse microcrédito - *fundin* barato no Paraná, apesar da Selic alta. A média é de R\$ 10 milhões de reais por mês para esse fim. Até 2030, esses valores podem aumentar muito ainda, segundo Gustavo.

Ferramenta de assinatura digital está em vias de implementação para MEIs. A tecnologia está em fase de testes para implementação em grande escala para aplicativos de autosserviço ao MEI. O Microcrédito rural também está avançando, apesar de ter outros órgãos nesse ramo, na agricultura familiar com certificado CAFs, as taxas serão atraentes.

Ação demanda 2:

Nesta demanda, as compras públicas e garantias, existem vários fundos garantidores simultâneos na Fomento. Ex. FAG, FGI, etc. As vinculações foram relativizadas, pois as empresas vencedoras das licitações são bem conhecidas pelo banco de fomento.

Ação demanda 3:

Nesta demanda, foi dito que 10.000 operações em Fomento no ano passado deve ser comemorado. A visão do governo atual em relação aos pequenos negócios foi excepcionalmente positiva- mais de R\$ 300 milhões repassados à Fomento com bom *funding*. O crédito poderia, ainda, chegar a mais empresários no Paraná, apesar de já ser difundido. São 350 prefeituras parceiras no estado.

Esta ação deveria ser encerrada, pois já está colocada. Para os R\$ 5 mil para MEIs, muitos não tinham acesso ao crédito. Mesmo o informal ou o novo MEI já tem o acesso ao crédito. Precisa passar pelo questionário da Fomento, para correta alocação do crédito para o MEI. Praticamente todas as AMPECS já estão credenciadas, como intermediárias nesse processo. Ele deve, minimamente, passar por um curso de gestão no SEBRAE.

Ação demanda 4:

Nesta demanda, foi dito que as AMPECS que trabalham com os MEIs e a Fomento, é possível utilizar o edital de credenciamento. O processo do microcrédito para a micro e pequena empresa muda um pouco a documentação, apenas. As AMPECS podem ter crédito de até R\$ 500.000,00 pelas AMPECS, a 1,15% fixo a/m, condições muito especiais a nível de Brasil.

Ação demanda 5:

Nesta demanda, houve um pedido pelo remuneração para as AMPECS pela intermediação do microcrédito. Hoje a Fomento não remunera prefeituras nem AMPECS. Por edital da Fomento, as remunerações por comissão são apenas para casos acima de R\$ 20.000,00, para os correspondentes de crédito. Apenas 1% dos casos seriam de acima dessa remuneração, o que tira o apetite do agente financeiro em remunerar todas as operações envolvidas. Sugeriu-se voltar a esse assunto na próxima reunião dos CTs.

Ação demanda 6:

Neste demanda, foi dito que o BRDE tinham entrega de 50 contratos e já fizeram essa entrega em 2026. A plataforma será transportada para aplicativo no celular, para facilitar a utilização.

Plano de Trabalho				
COMITÊ TEMÁTICO	DEMANDA	ENTREGA	INDICADOR DE TRANSFORMAÇÃO	RESPONSÁVEL
CT5 Educação, Formação e Capacitação Empreendedora	Desenvolver o comportamento empreendedor e qualificação profissional do público atendido pelas Agências do Trabalhador, por meio do Termo de Cooperação nº 003/2022 (vigente até 2026), celebrado entre SETR, SEIC, SENAI/SESI e SENAC/FECOMÉRCIO	Oferecer cursos gratuitos, tendo como meta vagas	Geração de renda via empreendedorismo	Suelen Glinski - SETR
	Formação em empreendedorismo para servidores, gestores e agentes públicos, como profissionais da área do trabalho e educação. Parceria entre: SETR, SEBRAE, ESCOLA DE GESTÃO e INPI	Inscriver 218 multiplicadores em 2025 e 2026	Divulgação da educação empreendedora pelos participantes por meio de campanhas publicitárias e eventos	Suelen Glinski - SETR
	Disponibilizar aos estudantes do ensino básico cursos voltados ao empreendedorismo e propriedade industrial, em parceria entre: SETR, SEED e INPI	Divulgar material de empreendedorismo nas Escolas do PR, no âmbito do Aluno de Sucesso em 2025 e 2026	x-x	Suelen Glinski - SETR
	Ter um caderno de boas práticas das ações realizadas nos territórios pelas AMPEC's, em parceria entre SETR, SEIC e AMPEC'S	Divulgar boas práticas das Ampec's nas reuniões e na página da Fopeme, em formato de caderno, bimestralmente em 2025 e 2026	x-x	Suelen Glinski - SETR
	Qualificação 94h para Empreendedorismo na área da Economia Criativa (UPCICLYNG) - Alinhar Cursos com as AMPECs (PR Competitivo)	Atender 50 Cidades	x-x	Liza Fortes: SETR
	Desenvolver plano de ação para articular parcerias entre entidades de representação e Instituições locais para ampliar o número de empresas impactadas e clientes atendidos por meio dessas colaborações	Desenvolver um plano de ação para articular parcerias com outras Instituições do Município	x-x	Eliane Bento - AMPEC Maringá
	Desenvolver jovens, por meio de atividade lúdicas, comunicação assertiva, marketing digital e relacionamento, para inserção rápida desses jovens no mercado de trabalho	Quantidade de Parcerias realizadas?	x-x	Alice Dalastra - FAMPEPAR
	Promover conexões entre empreendedores, instituições e a comunidade para proporcionar aumento de vendas, expansão dos negócios e fortalecimento da marca	300 possíveis empreendedores e MEIs e MPes	x-x	Eliane Bento - AMPEC Maringá

Ação demanda 1:

Nesta demanda, Mateus disse que houve reunião do comitê no mês anterior. O novo Termo de Cooperação já está sendo produzido, alinhado entre todos os órgãos envolvidos (SETR, SEIC, SENAI e SENAC/FECOMÉRCIO). O SESI não vai participar. Abertura prevista de até 18 mil vagas nesta ação. Em maio/2026 já começa o desenvolvimento desta demanda. O aditamento do Termo de Cooperação está em andamento. Turmas presenciais e a distância, com meta de atender os 399 municípios do Paraná.

Termo de Aditamento para renovação acrescentará mais vagas a cursos, todos gratuitos. A evasão de alunos é um problema que precisa ser contornado. As pessoas precisam ser retidas nos cursos. O custo de abrir uma turma cheia e o mesmo do que de abrir uma turma pequena.

Ação demanda 2:

Nesta demanda, foi dito que 218 multiplicadores (empreendedores) seriam das agências do estado da rede estadual em 2025 e 2026. Serão 230 agências em breve, cobrindo cerca de 60% dos municípios com uma Agência do Trabalhador. A formação dos profissionais fica comprometida em ano político. Novos computadores e carros serão disponibilizadas nessas agências, para atender melhor aos trabalhadores.

Douglas do INPI disse que agentes públicos municipais e estaduais técnicos precisam ter noção de marcas e patentes (proteção). Os microcréditos precisariam tratar disso, por exemplo, o desenho industrial (projeto). Horas de curso são tratadas como remuneração por esses agentes. No FOPEME, as ações devem ser perenes, independente de mudanças de governo. Por exemplo, aprender a fazer o depósito de uma marca, via Escola de Gestão.

Ação demanda 3 e 4:

Nesta demanda, a divulgação de material Aluno de Sucesso nas escolas municipais não existe mais. A SETR vai intermediar carteira de trabalho, estágio, contrato de aprendizagem, e a SEED vai participar com cursos básicos para alunos de colégios. A SETR não deve participar em cursos de qualificação profissional, caso não haja demanda. Há ações voltadas para os jovens.

Douglas do INPI falou das escolas técnicas estaduais, sugerindo utilização de cursos padronizados para jovens sobre marcas e patentes para jovens. Propriedade intelectual e inovação serão reforçadas no nível técnico e médio. Uma plataforma flexível exige um plano de ação exequível. Índices de inovação melhores trazem uma sinergia grande, apesar das ações a respeito estarem quase no mesmo ponto de reuniões anteriores. Indicadores e metas, com sugestão para produção de um acordo de cooperação. Foi dito também que no site do FOPEME há cartilhas relacionadas à inovação. As patentes registradas podem ser acessadas on-line, porém existem falhas de sistema.

Propôs-se um curso de renegociação de créditos e pendências para jovens, segundo o advogado empresarial presente, há um super endividamento. O acesso ao crédito está chegando aos empreendedores, mas eles não tem as certidões necessárias, por dívidas de baixo valor. Alguns bancos são difíceis de negociar e nem sempre a resposta chega ao interessado. O agente de crédito deve ter uma comunicação direta com a Fomento, para haver um *link* direto. A renegociação é então automaticamente reaberta, podendo haver parcelamento em até 60x. As condições básicas tem que ser bem esclarecidas, para que a renegociação seja efetiva.

Ação demanda 5:

Nesta demanda, foi dito que o programa Bora Circular - 7mil vagas em 50 municípios- na primeira fase: Curitiba, Campos Gerais e Norte Central. O Bora Circular é de reaproveitamento de materiais. Pelo Paraná Competitivo foram investidos aproximadamente R\$ 5,1 milhões e será executado a partir de março/2026. Nas próximas reuniões serão feitas as atualizações dessa ação.

Ação demanda 6:

Nesta ação, foi dito que o tema empreendedorismo na sala de aula das escolas municipais deve ser incentivado. Essa cultura com materiais didáticos e foco em inovação, no modelo SEBRAE, estão sendo divulgados. No ensino médio técnico, junto com a SEED, oficinas de ação planejamento de projeto de vida, etc, podem se preparar para negócios. A visão correta do empreendedorismo é útil em qualquer atuação profissional. Foram atendidos gratuitamente 900 mil alunos e 11 mil professores com projetos. As barreiras ainda existem, como a rejeição ao tema.

Ação demanda 7:

Nesta ação, nada foi dito especificamente, tendo sido abrangido pelo contexto das demais ações.

Ação demanda 8:

Nesta ação, foi dito que o desenvolvimento do jovem para o mercado de trabalho com atividades lúdicas e comunicação assertiva é um bom caminho para o futuro profissional desse mesmo jovem.

Encerramento:

O empresário Marcelo, da área de tecnologia presente disse que canais de comunicação como *whatsapp* atualmente facilitam toda a rede de comunicações, inclusive empresariais, assim como transmissões ao vivo *streaming* de reuniões de negócios ao vivo. Assessorias são bem-vindas ao empresário também.

Leiciane da SETI disse brevemente que quer colocar as instituições superiores a serviço do Fopeme. Algumas ações já foram desenvolvidas, por exemplo oferta de microcredenciais à comunidade, para negócios. E Programa Estudante Empreendedor foi citado, com todas as informações e estrutura das universidades disponíveis.

Explicação sobre a reunião dos CTs dos dias 08 e 09/abril/2026 por Rubens do SEBRAE, a título de explicação e convite, a ser realizada no Palácio das Araucárias - Sala de Situação. Serão medidos indicadores e ajustar ações e entregas.

Agradecimento a todos pela participação, por Anna Paula. Falou sobre simplificação do ambiente de negócios e fortalecimento das MPEs, desburocratização. Disse que estamos todos no mesmo conjunto, para que isso aconteça!